

1 **Ata da 15ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Aos 19 do mês de
2 outubro de dois mil e dez, às dezenove horas, na Sala de Reuniões da Terceira Regional de
3 Saúde, situada na Rua Paula Xavier nº 743, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a décima
4 quinta reunião ordinária do CMS de Ponta Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e
5 Suplentes conforme lista de presença anexa. Verificada a presença de quorum, o presidente
6 Sergio Ferreira Doszanet assumiu e procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando a todos
7 os presentes, conselheiros e participantes, partindo para o **Item 1. Aprovação da ata:** 14ª ata da
8 reunião ordinária aprovada. **Informes da Mesa Diretora: ofícios recebidos: ofício nº 015/10**
9 **Associação** Servos da Misericórdia, ofício nº 122/2010. **Ofícios enviados:** ofício nº
10 160/2010/CMS, processo nº2800266/2010, processo nº 2800260/2010 of. nº 158, processo
11 2800246/2010 ofício nº 156/2010/CMS, ofício nº 162/2010/CMS, ofício nº 163/2010/CMS. **2.1.**
12 **Apresentação das atividades realizadas pelo Programa realizadas pelo Programa DST/AIDS no**
13 **período de abril a setembro de 2010 (2º e 3º trimestre), apresentado pela Srta Isabela Martins Nadal.** O
14 presidente fala que a Srta Isabela foi substituída e quem vai fazer esta apresentação é o Sr. Diego Osmar
15 Rodrigues. O Sr. Diego apresenta as atividades do Programa DST/AIDS do 2º e 3º trimestre. A conselheira
16 Juliana Maciel fala que precisa de uma apresentação mais detalhada dessa planilha das atividades
17 realizadas pelo programa DST/AIDS. Colocado em votação para uma nova apresentação de uma planilha
18 mais detalhada do Programa DST/AIDS, aprovado por unanimidade (14 votos a favor). **2.2. Apresentação**
19 **referente a documentos da Contratualização dos Hospitais.** A conselheira Juliana de Jesus Maciel faz parte
20 da Comissão de Contratualização dos Hospitais, diz que ha problema no Hospital Amadeu Puppi (pronto
21 socorro) e que o CMS vai tomar as medidas cabíveis e mandar ofício para a Secretaria Municipal de Saúde
22 pra ver qual vai ser a reação da secretaria. Fala que solicitou para a 3ª Regional de Saúde e veio só uma
23 cópia da prestação referente ao percentual do Hospital Vicentino, solicitou também do Hospital Amadeu
24 Puppi (pronto socorro), João Vargas de Oliveira (hospital da criança), e dos hospitais, assim que eles
25 enviarem para o CMS para avaliação e observação de alguns percentuais que não foram atingidos pelo
26 hospital Amadeu Puppi. A questão do contrato que a Srª Regina falou, às vezes ou nem sempre não passa
27 por nós conselheiros, então por causa desse problema do hospital Amadeu Puppi ela, (Juliana) solicitou o
28 contrato do hospital Amadeu Puppi da terceirização visando o bem do usuário e do trabalhador. O pedido
29 do Ministério Público e da intervenção do Conselho Municipal de Saúde foi feito um relatório de inspeção
30 pela 3ª Regional de Saúde, diz que ela foi conversar com a Srª Vânia Aparecida Martins Vargas (diretora da
31 3ª Regional de Saúde), pra ver se a reunião é aberta para pessoas que não são conselheiras, e diz que tem
32 coisas que não convêm passar e o relatório esta disponível para todos os conselheiros na sede do CMS e
33 pede encarecidamente que os conselheiros vão avaliar que isso é uma prioridade, é uma coisa muito
34 urgente para ser avaliado por todos os conselheiros. Vai ser feita uma avaliação física funcional que não é
35 só a problemática do hospital Municipal e sim de praticamente de todas as unidades de saúde básicas
36 (UBS) e programa saúde da família (PSF) estão fazendo o atendimento a saúde da nossa população de
37 nossos usuário, fala que sem um projeto arquitetônico eles não recebem um parecer da Vigilância
38 Sanitária conforme ta lá ela atende a ordem de serviço e não atende a principal lei nº 3.331/11/2001, que
39 tem certeza de quem é conselheiro, medico, enfermeiro, farmacêutico, auxiliar de enfermagem e técnico
40 entende, diz que ela colocou na integra porque como nós já falei para o Diego nós como usuário não temos
41 um curso técnico, mas estamos preocupados com a integridade com a saúde e com o respeito ao usuário e
42 assim na integra sempre é questionado nas reuniões do Conselho, porque no entendimentos de muitas
43 pessoas não sabe o que é essa lei, a lei é orientações sanitárias nas condutas diversificadas abaixo
44 construir, instalar, fazer funcionar o hospital, casa de saúde, clinicas em geral, casa de repouso, serviço ou
45 unidade de saúde estabelecimento, organização a fim que dedica a promoção proteção em a recuperação
46 da saúde, presidente órgão sanitário competente ou contrariando normas legais, regulamentar pertinente,
47 a pena seria advertência, interdição, cassação da licença sanitária e multa, a multa sai dos cofres públicos, a
48 advertência já foi dada e com certeza a Secretaria Municipal de saúde já recebeu este dossiê, a interdição e

49 cassação da licença da Vigilância Sanitária, sobrou a única alternativa que seria a interdição, isso é fato de
50 prioridade a todos os conselheiros, e a todos nós usuários, trabalhadores que já entra na lei nº 13. 333 e
51 infringem a saúde do trabalhador, colocam em risco da saúde do trabalhador como as pessoas que vão lá,
52 foi à conclusão da secretaria de Estado que encaminhou. Foi a pedido do Ministério Público, diante desse
53 documento vai ser tomadas as medidas cabíveis, e como justifica nas condições atuais pode vir a se tornar
54 ponta de respaldo do usuário na propagação da patologia e outros danos a saúde, como a do trabalhador.
55 Diz que ela já foi funcionária da saúde e sabe como é trabalhar em um ambiente insalubre e sem nada de
56 prioridades para que possa se sentir segurança no seu ambiente de trabalho, porque ela já foi agente
57 comunitária de saúde. Disse que é um parágrafo bem grande nesse dossiê e que eles vão tomar as medidas
58 cabíveis. Fala que as lei foram encaminhadas para o Ministério Público para os órgão profissionais de saúde
59 tomarem as medidas pertinentes e para o Conselho Municipal de Saúde para conhecimento e providencias
60 cabíveis. Conversando com o presidente e alguns conselheiros vão tomar estas providencias cabíveis que é
61 a primeira solução enviar oficio pedindo vistas quais as medidas cabíveis que o Município esta tomando
62 para solucionar, diz que se lembra muito bem que o Dr. Edson Alves se preocupou em uma de nossas
63 reuniões sobre a Contratualização do pronto socorro e não houve essa preocupação de outras pessoas que
64 teria a agilidade de ter essa Contratualização pra vim essa verba de repente pra estar conseguindo os
65 insumos estar agilizando para estar construindo ou reformando, que não lhe falhe a memória (graças a
66 Deus ou não, passei muito pouco pelo pronto socorro) e ouvi dizer que estava em reforma o pronto
67 socorro, e essa reforma foi feito a onde, cadê a planilha dos custos, onde foi investido o dinheiro e porque
68 essa reforma se foi uma reforma que teve um custo tão alto e tiraram o Centro de Especialidade
69 odontológica (CEO), tem que mandar um oficio para saber a onde esta o CEO, ele esta locada na Associação
70 Brasileira de Odontologia (ABO) ou ele já voltou para o pronto socorro porque foi feito uma reforma
71 babesca dentro do pronto e depois foi retirado de lá, vem recurso a onde esta, foi usado a onde, essa é a
72 nossa preocupação, pra sabermos direcionar os nossos ofícios. **3. Informe dos Conselheiros:** A Srª Regina
73 Wolochn fala que é da controladoria de Contas do Município e que gostaria que os conselheiros
74 discutissem a idéia de aprovar o edital de credenciamento no tabela SUS não tem um centavo a mais
75 exatamente no valor do programa, se não vier ninguém, tem que sentar e discutir outra questão de quando
76 e quanto. Fala que seria mais um contrato irregular e a partir dessa determinação não dá mais para fazer,
77 já tem 103 contratos de terceirização. A conselheira Eliane de Freitas fala que não imaginava que teria uma
78 repercussão por fazer parte do Conselho Municipal de Saúde. O conselheiro Rubens Adão da Silva fala da
79 satisfação e o sucesso que tiveram no evento “ II Encontro Sobre Cuidados Paliativos”. O padre Luiz Cesar
80 da Instituição Servos da Misericórdia convida para que os conselheiros conheçam o trabalho deles diz que o
81 apoio do Conselho é importante porque eles não recebem verba e quem ajuda a manter a Instituição é a
82 comunidade junto com as igrejas católica, fala do projeto de utilização de 20 (vinte) leitos masculino da
83 Comunidade Terapêutica padre Wilton Moraes Lopes o mesmo é presidente da Instituição Servos da
84 Misericórdia, conforme edital nº 001/2010/GSIPR/SENAD/MS, do processo seletivo que destina apoio
85 financeiro a projetos de utilização de leitos de acolhimento por usuários de crack e outras drogas em
86 Comunidades terapêuticas, de acordo com o estabelecido no decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. O
87 presidente fala que após a apresentação do projeto da Instituição Servos da Misericórdia, coloca em
88 votação, aprovado por unanimidade (12 votos a favor). O presidente encerra a reunião as 21h20min.